



ANEXO I-B

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA CERTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES DA UNIDADE
GESTORA DO RPPS – NÍVEL INTERMEDIÁRIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº DE QUESTÕES
1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 1.1 Princípios constitucionais e normas que regem a administração pública – arts. 37 ao 41 da CF; 1.2 Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) – arts. 28 e 89 ao 95; 1.3 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) – arts. 23 ao 32; 1.4 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) – arts. 1º ao 14; 1.5 Noções de ciclo orçamentário: Plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual – LOA (art. 165 da CF)	6
2. SEGURIDADE SOCIAL 2.1 Constituição Federal (CF/1988) – art. 194; 2.2 Previdência Social: conceito; 2.3 Regimes de Previdência: 2.4 Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – art. 201 da CF/88; 2.5 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – art. 40 da CF/88; 2.6 Regime de Previdência Privada Complementar (RPPC) – art. 202 da CF/88; 2.7 Emenda Constitucional nº 103/2019 – arts. 9º e art. 33.	3
3. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS 3.1 Lei nº 9.717/1998 – normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS; 3.2 Portaria MTP nº 1.467/2022: 3.2.1 Segurados e beneficiários – arts. 3º ao 6º; 3.2.2 Gestão dos Regimes Próprios – arts. 71 ao 75; 3.2.3 Utilização dos recursos previdenciários – arts. 81 ao 84; 3.2.4. Responsabilidade do ente federativo em caso de extinção do RPPS – art. 181.	5
4. PLANO DE BENEFÍCIOS 4.1 Portaria MTP nº 1.467/2022: 4.2 Concessão de benefícios – art. 157; 4.3 Limitação dos valores dos benefícios com a instituição do RPC – art. 158; 4.4 Regras de Acumulação de benefícios – art. 165.	5
5. PLANO DE CUSTEIO 5.1 Portaria MTP nº 1.467/2022: 5.2 Caráter contributivo – arts. 7º ao 10; 5.3 Limites de contribuição – art. 11; 5.4 Base de cálculo de contribuições – art. 12; 5.5 Parcelamento de débitos – arts. 14 ao 17; 5.6 Dação em pagamento – art. 187.	5
6. GESTÃO ATUARIAL 6.1 Portaria MPS nº 1.467/2022: 6.1.1 Equilíbrio financeiro e atuarial – art. 25; 6.1.2 Avaliação atuarial anual – art. 26; 6.1.3 Base cadastral – art. 47; 6.1.4 Plano de custeio proposto na avaliação atuarial– arts. 52 ao 54; 6.1.5 Equacionamento do déficit atuarial – art. 55;	5



6.1.6 Acompanhamento atuarial – arts. 67 ao 70.	
7 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	
7.1 Legislação específica dos investimentos dos RPPS:	
7.1.1. Resolução CMN nº 5.272/2025:	
7.1.1.1. Das Disposições Gerais – art. 1º e §§ 1ª ao 10º;	
7.1.1.2. Da Alocação dos Recursos;	
7.1.1.3. Da Política de Investimento;	
7.1.1.4. Dos Segmentos de Aplicação e dos Limites;	
7.1.1.5. Do Segmento de Renda Fixa;	
7.1.1.6. Do Segmento de Renda Variável;	
7.1.1.7. Do Segmento de Investimentos no Exterior;	
7.1.1.8. Do Segmento de Investimentos Estruturados;	
7.1.1.9. Do Segmento de Fundos Imobiliários;	
7.1.1.10. Do Segmento de Empréstimos Consignados;	
7.1.1.11. Dos Limites Gerais;	
7.1.1.12. Da Gestão;	
7.1.1.13. Do Empréstimo de Valores Mobiliários;	
7.1.1.14. Das Contratações;	
7.1.1.15. Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários;	
7.1.1.16. Do Controle das Disponibilidades Financeiras;	
7.1.1.17. Dos Enquadramentos;	
7.1.1.18. Das Vedações;	
7.1.2. Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e Anexo VIII, arts. 1º ao 35²;	
7.1.2.1. Dos Investimentos dos Recursos;	
7.1.2.2. Da Gestão da aplicação dos recursos;	
7.1.2.3. Da Política de Investimentos;	
7.1.2.4. Do Credenciamento de Instituições;	
7.1.2.5. Das Alocações dos Recursos;	
7.1.2.6. Da Avaliação e Monitoramento dos Riscos;	
7.1.2.7. Da Categorização dos RPPS;	
7.1.2.8. Das Aplicações em Títulos Públicos;	
7.1.2.9. Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS;	
7.1.2.10. Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos;	
7.1.2.11. Das Medidas em Caso de Desenquadramento;	
7.1.2.12. Do Segmento de Empréstimos Consignados;	
7.1.3. Instrumentos de Renda Fixa	
7.1.3.1 Definição;	
7.1.3.2 Principais conceitos e características de instrumentos de Renda Fixa;	
7.1.3.3 Data de emissão, valor nominal atualizado e juros “acruados”;	
7.1.3.4 Formas de remuneração – prefixada e pós-fixada e principais indicadores;	
7.1.3.5 Formas de amortização e pagamento de juros;	
7.1.3.6 Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio);	
7.1.3.7 Resgate antecipado, vencimento antecipado (quebra de <i>covenant</i> , ocorrência de <i>cross default</i>), aquisição facultativa e opção de compra (opção <i>call</i>): conceitos, diferenças e impactos do ponto de vista do investidor;	
7.1.4. Principais instrumentos:	
7.1.4.1. Títulos públicos;	

² Enquanto as alterações decorrentes da Resolução CMN nº 5.272/2025 não forem refletidas na Portaria MTP nº 1.467/2022, as questões relativas a essa legislação deverão ser interpretadas à luz da Resolução CMN nº 5.272/2025.

- | | |
|--|--|
| <p>7.1.4.2. LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F: conceitos e características;</p> <p>7.1.4.3. Negociação de títulos públicos: mercado Primário: leilões; mercado secundário: balcão.</p> <p>7.1.4.4. Tesouro Direto: conceitos e características operacionais;</p> <p>7.1.4.5. Títulos privados bancários;</p> <p>7.1.4.6. Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF: conceitos e características;</p> <p>7.1.4.7. Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): conceitos e características;</p> <p>7.1.4.8. Títulos corporativos;</p> <p>7.1.4.9. Debêntures: conceito e características;</p> <p>7.1.4.10. Notas promissórias: descrição, prazo, emissores, forma de resgate, liquidez, rentabilidade e registro;</p> <p>7.1.4.11. Títulos do segmento agrícola: Cédula de Produtor Rural – CPR, Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA: conceitos e características;</p> <p>7.1.4.12. Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliário – CRI, Letra de Crédito Imobiliário – LCI e Cédula de Crédito Imobiliário – CCI: conceitos e características;</p> <p>7.1.4.13. Operações compromissadas: conceitos e características.</p> <p>7.1.4.14. Caderneta de poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias e riscos;</p> <p>7.1.4.15. FGC – Fundo Garantidor de Créditos: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização;</p> <p>7.1.4.16. Instrumentos de Renda Variável.</p> <p>7.1.4.17. Definição;</p> <p>7.1.4.18. Ações ordinárias, ações preferenciais, Certificados ou Recibos de Depósito de Valores Mobiliários (ADRs – <i>American Depositary Receipts</i> e BDRs – <i>Brazilian Depositary Receipts</i>) e bônus de subscrição: conceitos e características;</p> <p>7.1.4.19. Oferta primária e secundária: definições e distinção;</p> <p>7.1.4.20. Negociação, liquidação e custódia;</p> <p>7.1.4.21. Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no SELIC: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F.</p> <p>7.1.4.22. Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (<i>Clearing B3</i>): conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor;</p> <p>7.1.4.23. Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB: conceito e finalidade;</p> <p>7.1.5. Fundos de Investimentos – Resolução CVM nº 175/2022 – parte geral:</p> <p>7.1.5.1. Características, Constituição e Comunicação;</p> <p>7.1.5.2. Definição de Fundos de Investimentos;</p> <p>7.1.5.3. Conceitos de Condomínio, Constituição e Registro na CVM;</p> <p>7.1.5.4. Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses;</p> <p>7.1.5.5. Segregação Patrimonial;</p> <p>7.1.5.6. Cotas;</p> <p>7.1.5.7. Classes abertas e fechadas;</p> <p>7.1.5.8. Emissão;</p> <p>7.1.5.9. Subscrição e Integralização;</p> <p>7.1.5.10. Resgate e Amortização;</p> <p>7.1.5.11. Negociação com uso indevido de Informação Privilegiada;</p> <p>7.1.5.12. Distribuição;</p> | |
|--|--|



7.1.5.13. Investimento por conta e ordem; 7.1.5.14. Participação política do Investidor por conta e ordem; 7.1.5.15. Divulgação das Informações; 7.1.5.16. Envio de comunicações aos cotistas; 7.1.5.17. Divulgação de informações e resultados; 7.1.5.18. Divulgação de cota e rentabilidade; 7.1.5.19. Balancetes e demonstrações contábeis; 7.1.5.20. Informações Eventuais: atos ou fatos relevantes; 7.1.5.21. Fundos Socioambientais; 7.1.5.22. Assembleia de Cotistas; 7.1.5.23. Assembleias Gerais; 7.1.5.24. Assembleias Especiais; 7.1.5.25. Prestação de Serviços; 7.1.5.26. Serviços Essenciais; 7.1.5.27. Funções do Administrador; 7.1.5.28. Funções do Gestor; 7.1.5.29. Negociação em ativos em Mercados Organizados; 7.1.5.30. Limites de Composição e Concentração da Carteira; 7.1.5.31. Gestão de Liquidez; 7.1.5.32. Direito de Voto; 7.1.5.33. Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito; 7.1.5.34. Constituição de Conselhos Consultivos e Comitês; 7.1.5.35. Remuneração; 7.1.5.36. Taxa de Administração e Gestão; 7.1.5.37. Taxa de Ingresso; 7.1.5.38. Taxa de Saída; 7.1.5.39. Taxa Máxima de distribuição; 7.1.5.40. Acordos de Remuneração; 7.1.5.41. Vedações; 7.1.5.42. Obrigações; 7.1.5.43. Normas de Conduta; 7.1.6. Carteira: 7.1.6.1. Classes Restritas e Previdenciárias; 7.1.6.2. Encargos; 7.1.6.3. Patrimônio líquido negativo com limitação de responsabilidade; 7.1.6.4. Responsabilidade limitada de cotistas; 7.1.6.5. Responsabilidade ilimitada de cotistas; 7.1.6.6. Patrimônio líquido negativo; 7.1.6.7. Insolvência da classe de cotas; 7.1.7. Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022: 7.1.7.1. Prestação de Serviços; 7.1.7.2. Obrigações do Administrador, Gestor e Custodiante; 7.1.7.3. Disposições Gerais; 7.1.7.4. Vedações; 7.1.7.5. Distribuição e Subscrição; 7.1.7.6. Ativos Financeiros no Brasil; 7.1.7.7. Ativos Financeiros no Exterior; 7.1.7.8. Limites por Modalidade de Ativo Financeiro; 7.1.7.9. Deveres quanto aos Limites de Concentração; 7.1.7.10. Carteira; 7.1.7.11. Tipificação; 7.1.7.12. Fundos de Renda Fixa;	
---	--



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – MPS
Secretaria de Regime Próprio e Complementar – SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS



7.1.7.13. Fundo de Ações; 7.1.7.14. Fundos Cambiais; 7.1.7.15. Fundos Multimercados; 7.1.7.16. Fundos Incentivados em Infraestrutura; 7.1.7.17. Fundos Destinado à Garantia de Locação Imobiliária; 7.1.7.18. Concentração em Crédito Privado; 7.1.7.19. Investimentos em Cotas de Outros Fundos de Investimento Financeiro; 7.1.7.20. Exposição ao Risco de Capital; 7.1.7.21. Classes Restritas; 7.1.8. Encargos; 7.1.9. Outros tipos de fundos (características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos) – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022; 7.1.10. Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC; 7.1.11. Fundos de Investimento Imobiliário – FII; 7.1.12. Fundos de Investimento em Participações – FIP; 7.1.13. Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; <i>Exchange Traded Funds</i> – ETFs e ETF ASG; 7.1.14. Fundos Previdenciários.	
8. GESTÃO CONTÁBIL 8.1 Portaria MTP nº 1.467/2022 (capítulo V, seção III); 8.2 Lei nº 4.320/1964 (títulos VIII e IX): 8.2.1 Título VIII – Do Controle da Execução Orçamentária (arts.75 ao 82); 8.2.2 Título IX – Da Contabilidade (art. 83 ao 106); 8.3 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, capítulo 4: 8.3.1 Item 4.1: introdução; 8.3.2 Item 4.2.1: aspectos gerais; 8.3.3 Item 4.2.2: aspectos legais; 8.3.4 Item 4.2.3 – aspectos orçamentários e patrimoniais; 8.4 IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS: aspectos contábeis e relatórios específicos RPPS e conceitos.	2
9 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA 9.1 Normas da compensação previdenciária: 9.1.1 Lei nº 9.796/1999; 9.1.2 Decreto nº 10.188/2019; 9.1.3 Portaria MPS nº 1.400/2024: 9.1.4 Das Disposições Preliminares – capítulo I; 9.1.5 Do Termo de Adesão ao Comprev e do Contrato com a empresa de tecnologia – capítulo II; 9.1.6 Do Tempo de Contribuição – art. 10; 9.1.7 Do encaminhamento de requerimentos – arts. 14 ao 18, 20, 22 e 24 ao 27; 9.1.8 Da análise de requerimentos – arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46; 9.1.9 Do cálculo das parcelas – arts. 47, 52,53 e 58; 9.1.10 Da apuração de valores – arts. 59, 62, 66, 67 e 68; 9.1.11 Do pagamento – arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78; 9.1.12 Da cessação e revisão – art. 79, 80 e 86; 9.1.13 Da compensação dos demais regimes e sistemas – arts. 87 e 88; 9.1.14 Das disposições finais e transitórias – art. 90, 91, 92, 93 e 94.	4
10. CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PRÓ-GESTÃO RPPS, REQUISITOS PARA DIRIGENTES E CONSELHEIROS E ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	5

10.1	Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS;	
10.2	Portaria MTP nº 1.467/2022 – capítulo XI;	
10.3	Manual do Pró-Gestão RPPS;	
10.3.1	Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS;	
10.3.2	Objetivos;	
10.3.3	Premissas;	
10.3.4	Adesão voluntária;	
10.3.5	Dimensões;	
10.3.6	Níveis de aderência;	
10.3.7	Temporalidade;	
10.3.8	Regularidade previdenciária;	
10.3.9	Manutenção e renovação da certificação;	
10.4	Requisitos dos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos dos RPPS – Portaria MTP nº 1.467/2022, capítulo V, seção I;	
10.5	ISP-RPPS – Portaria MTP nº 1.467/2022, capítulo XII.	
11.	CONTROLE, REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO	
11.1	Controle na Administração Pública: conceitos e objetivos;	
11.2	Conselho Fiscal: atribuições dos conselheiros dos RPPS, conforme Manual da Certificação dos Profissionais do RPPS;	
11.3	Auditoria Interna – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);	
11.4	Ministério Público: – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);	
11.5	Tribunal de Contas – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);	
11.6	Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar: Lei 9.717/98, art. 9º e Portaria MTP nº 1.467/2022, arts. 251 ao 255;	5
11.7	Sociedade: transparência pública e o controle social;	
11.8	Regulação e supervisão dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022:	
11.8.1	Competência – arts. 239 e 240;	
11.8.2	Envio de informações relativas aos RPPS: capítulo XIII, seção I;	
11.8.3	Emissão do CRP: capítulo XIII, seção III;	
11.8.4	Fiscalização do RPPS – capítulo XIII, seção V;	
11.8.5	Processo Administrativo Previdenciário – PAP – capítulo XIII, seção VI.	
12.	RESPONSABILIDADES E INELEGIBILIDADES	
12.1	Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º-A;	
12.2	Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal):	
12.3	Art. 168-A – Apropriação Indébita Previdenciária;	
12.4	Art. 299 – Falsidade Ideológica;	
12.5	Art. 312 – Peculato;	
12.6	Art. 313-A – Inserção de dados falsos em sistema de informações;	
12.7	Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas;	
12.8	Art. 317 – Corrupção Passiva;	
12.9	Art. 319 – Prevaricação;	
12.10	Art. 333 – Corrupção Ativa;	5
12.11	Art. 337-A – Sonegação de contribuição previdenciária;	
12.12	Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa):	
12.13	Art. 2º – Agente Público;	
12.14	Art. 9º – Dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;	
12.15	Art. 10 – Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;	
12.16	Art. 11 – Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública;	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – MPS
Secretaria de Regime Próprio e Complementar – SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS



12.17	Lei nº 9.613/1998:	
12.18	Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;	
12.19	Art. 7º – Efeitos da condenação;	
12.20	Art. 9º – Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle;	
12.21	Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º, inc. I (inelegibilidades).	
13.	GESTÃO, GOVERNANÇA, CONTROLE INTERNO, ÉTICA, RISCOS E COMPLIANCE	
13.1	Ética e integridade: conceitos;	
13.2	Gestão e governança: conceitos;	
13.3	Governança pública: conceito e princípios;	
13.4	Conflito de interesses: conceito;	
13.5	Governança corporativa e seus princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa – conforme Manual do Pró-Gestão RPPS;	5
13.6	Estrutura de governança do RPPS e suas atribuições: dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão das aplicações dos recursos, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, ou órgãos equivalentes;	
13.7	Gestão de riscos: conceitos, importância da gestão de riscos, como fazer a gestão de riscos e ferramentas de gestão de riscos;	
13.8	Programa de compliance: conceito e benefícios.	
14	GESTÃO DE PESSOAS	
14.1	Regime jurídico do serviço público;	
14.2	Provimento;	
14.3	Nomeação;	
14.4	Remoção;	
14.5	Aproveitamento;	
14.6	Integração;	
14.7	Reversão;	
14.8	Recondução;	
14.9	Demissão;	
14.10	Redistribuição;	
14.11	Substituição;	
14.12	Cargos, empregos públicos e funções de confiança;	2
14.13	Posse e exercício;	
14.14	Vacância;	
14.15	Exoneração;	
14.16	Promoção;	
14.17	Readaptação;	
14.18	Aposentadoria;	
14.19	Posse em outro cargo inacumulável;	
14.20	Vencimentos e remuneração.	
14.21	Agentes públicos: conceito, classificação (agentes políticos; agentes administrativos – servidores públicos, empregado público, contrato temporário; agentes honoríficos – agentes delegados e agentes credenciados).	
Total		70